

Governo vai chamar 1,3 mil servidores para a segurança

Cronograma apresentado na manhã de ontem prevê convocações até agosto e garante maior contingente para a Susepe

GABRIEL JACOBSEN
gabriel.jacobsen@rdgaucha.com.br

O governo do Rio Grande do Sul anunciou ontem um cronograma que prevê a convocação de 1,3 mil aprovados em concursos da segurança pública até agosto. O chamamento contempla servidores dos Bombeiros, Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe), Polícia Civil e Brigada Militar (BM).

A Susepe é a instituição que terá o maior reforço numérico, com 431 servidores chamados em abril. No mesmo mês, o Piratini chamará com soldados para os Bombeiros. Em julho, serão convocados 200 escrivães e 200 inspetores para a Civil. O calendário chega ao fim em agosto, com o ingresso de 400 soldados na BM.

Temos esta política desde o governo passado: reposição de forma programada, dando previsibilidade para os próprios aprovados e para o Estado de quando e como se dará a reposição – destacou, durante o anúncio, o governador Eduardo Leite.

O atual contingente de servidores da segurança pública é o maior desde 2010. No ato de ontem, o governador também prometeu apresentar “em breve” um cronograma ampliado. Segundo ele, isso só não foi feito agora porque ainda estão em andamento as negociações com a União a respeito das compensações às perdas impostas pela redução no ICMS dos combustíveis, telecomunicações e energia elétrica, aprovada no ano passado.

Ampliação

Na última sexta-feira, o governo enviou à Assembleia um projeto de lei, em regime de urgência, que pretende ampliar em um ano a validade dos concursos já realizados pelo Estado. Se aprovado, o projeto dará mais tempo para o Piratini convocar os aprovados, sem precisar realizar novos certames.

No caso dos quatro chamamentos anunciados ontem, apenas o da Polícia Civil depende da aprovação desse projeto para se concretizar. Os demais serão feitos independentemente da aprovação do texto.

– Na Polícia Civil, o concurso



Calendário divulgado pelo governador Eduardo Leite tem início em abril

expira em setembro. E a última etapa do concurso é a formação na Academia. Então, para fazer o chamamento em julho, preciso que o concurso esteja válido ainda, sob pena de não conseguir fazer a formação – detalhou Leite.

Magistério

O governador também voltou a afirmar que um novo concurso para o magistério deve ser aberto até o fim do ano.

– Significa substituição de professores contratados emergencialmente por professores concursados, e isso tem que ser feito com muita calma, para não fazermos de uma hora para outra uma mudança de número grande de professores, afetando as aulas e a relação com alunos – apontou Leite.

No último dia 14, o governo lançou o primeiro concurso dos últimos 10 anos para o magistério. A falta de concursos tem elevado, ano a ano, o número de professores temporários – contratos sob o regime emergencial e, portanto, sem estabilidade.

O processo seletivo lançado, porém, não contempla vagas para disciplinas como História, Sociologia, Filosofia, Educação Física e Artes, entre outras, o que gerou críticas de professores e entidades.

Na coletiva de ontem, Leite argumentou que há uma diferença entre repor os servidores da segurança e nomear professores titulares para substituir aqueles que estão em regime emergencial.

As provas do concurso em andamento serão aplicadas no dia 25 de junho, em diversos municípios.

Brigada sairá de presídios até 2026

O anúncio do chamamento de mais 431 servidores para a Susepe foi acompanhado de uma declaração do governador Eduardo Leite de que, até o final de seu governo, em 2026, vai retirar totalmente a Brigada Militar da administração de presídios.

– A nossa intenção é, ao longo deste governo, fazer a total retirada de policiais militares na atuação dentro de presídios, o que significará também reforço do efetivo nas ruas – disse Leite.

O governo deve apresentar nos próximos meses o plano de substituição dos PMs por policiais penais – integrantes da Susepe. O secretário estadual da Segurança Pública, Sandro Caron, diz que a troca precisa ser gradual para evitar o aumento de risco nos presídios.

– Temos que fazer retirada programada, de modo que não haja comprometimento da segurança dos estabelecimentos prisionais – afirmou Caron.

Atualmente, a Brigada Militar administra o Presídio Central, em Porto Alegre, e a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), em Charqueadas. Em outras cadeias, os brigadianos atuam na guarda permanente, em parceria com agentes da Susepe.

Em 2020, quando a BM completou 25 anos no Presídio Central, o governo prometeu iniciar retirada de policiais até 2022.

SUA SEGURANÇA

HUMBERTO TREZZI humberto.trezzi@zerohora.com.br

ESTA COLUNA CONTÉM INFORMAÇÃO E OPINIÃO

Parece simples, mas não é

O governador Eduardo Leite acaba de prometer que a Brigada Militar deixará o gerenciamento dos presídios, limitando-se a suas funções originais, de policiamento. É uma ideia que passa pela cabeça de todos os governantes gaúchos desde 1995, quando PMs foram colocados para administrar as principais penitenciárias do Rio Grande do Sul, após seguidos motins e fugas. No começo, foram vários. Ainda permanecem sob controle total da BM o Presídio Central de Porto Alegre (oficialmente chamado Cadeia Pública), que é também a maior prisão do Rio Grande do Sul, e a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), em Charqueadas, que é a mais antiga.

Leite fez o anúncio em meio à cerimônia de chamamento de 431 novos servidores da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), ontem. Conseguiu cumprir a promessa? Parece simples, mas não é.

Conforme o Sindicato da Polícia Penal (Sindapen-RS) – antiga Amapergs Sindicato –, o Rio Grande do Sul tem hoje pouco mais da metade dos servidores recomendados para atuar no sistema penitenciário. O presidente da entidade, Saulo Felipe Basso, informa que os padrões internacionais preveem um agente para cada cinco apenados, o que representaria hoje 8,8 mil funcionários. Só que o efetivo atual é de 4,8 mil (sem contar os 431 anunciados agora e que precisam ainda receber treinamento). Se for contar todos os policiais penais (inclusive os administrativos),

o déficit ultrapassa os 5 mil, a julgar pelos números fornecidos pelo sindicato. Seria necessário, portanto, quase dobrar o contingente de servidores, no entender do dirigente sindical.

Conforme Basso, hoje a PEJ conta com cerca de 220 PMs e o Presídio Central, cerca de 250 (o número exato não é informado, por questões de segurança). A substituição desses demandaria todo o novo efetivo anunciado pelo governador, mas já se sabe que parte deles irá para cidades longe da Grande Porto Alegre.

Rosário do Sul, por exemplo, registrou uma grande briga entre apenados no fim de semana, que resultou em uma morte e diversos feridos. O presídio local tem capacidade para 40 presos, está com 150 e só tinha cinco agentes para conter os ânimos, alerta Basso.

Por tudo isso, os policiais penais prometem fazer barulho em assembleia da categoria nesta terça-feira, em Porto Alegre. Asseguram que vão lotar a Praça da Matriz, no Centro. Querem chamada de mais aprovados em concursos, avanços na carreira por tempo de serviço, regulamentação do cargo de policial penal e recomposição inflacionária.

Basso ressalta que os policiais penais apoiam a saída dos PMs dos presídios, até porque os policiais são para patrulhamento externo, não para guarda interna. Louve-se a intenção do governador de acabar com uma situação que já dura mais de 25 anos... mas falta muito a trilhar até lá.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 9